

TRABALHO PRECÁRIO, DOCÊNCIA E FLEXIBILIZAÇÃO

NAUROSKI, E. A.¹

RESUMO

RESUMO - A década de setenta tornou-se referência cronológica na história econômica do mundo capitalista. Tanto na Europa, EUA e, posteriormente, na América Latina observou-se a adoção de um conjunto de medidas políticas e econômicas no sentido de superar a crise e garantir a progressão nas taxas de acumulação capitalista. É nesse contexto que surge a doutrina política e econômica do neoliberalismo, um conjunto de medidas que se concretizou por um regime de acumulação mais flexível, dinâmico, ágil e agressivo. O escopo desse processo se traduziu numa reestruturação produtiva como estratégia para fazer frente aos novos desafios da globalização e da competitividade crescente. Flexibilizar e desregulamentar as relações entre capital e trabalho tornaram-se as palavras de ordem. A partir desse contexto, surgem novas configurações do trabalho presentes em diferentes segmentos da sociedade. O presente estudo busca mostrar que essas novas configurações do trabalho assumem cada vez mais a forma de trabalho precarizado, inclusive no âmbito da educação pública. Tomamos como referência uma pesquisa realizada junto a 108 professores PSS² de Curitiba e Região Metropolitana, pertencentes à rede paranaense de ensino. Os instrumentos de pesquisa adotados foram aplicação de questionário semi-estruturado e realização de entrevistas no período de junho a dezembro de 2012.

Palavras-chave: Precariedade. Docência. Flexibilização.

Slum work, teaching and flexibility

ABSTRACT

ABSTRACT - The seventies became chronological reference in the economic history of the capitalist world. Both in Europe, USA and later in Latin America there was the adoption of a set of economic policies and to overcome the crisis and ensure progression in the rates of capital accumulation measures. It is in this context that the political and economic doctrine of neoliberalism, a set of measures that was achieved by an accumulation regime more flexible, dynamic, agile and aggressive. The scope of this process has resulted in a restructuring process as a strategy to cope with the new challenges of globalization and increasing competitiveness. Flexible and deregulate the relations between capital and labor, have become the watchwords. From that context, there are new job settings present in different segments of society. This study seeks to show that these new configurations of labor are increasingly the form of precarious work, including in the field of public education. We take as reference, research carried out there are 108 teachers PSS Metropolitan Region of Curitiba and Paraná belonging to the school system. The research instruments used were semi-structured questionnaire application and interviews from June to December 2012.

Key words: Employability. Professionals over 40 years. Unemployment.

¹ Professor de Filosofia e Sociologia das Faculdades Santa Cruz, pesquisador do GETs – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade da UFPR e doutorando no Programa de Sociologia da UFPR. C-eletrônico: eversonnauroski@gmail.com.

² O PSS, ou Processo de Seleção Simplificado, visa à contratação de professores em caráter emergencial para suprir necessidades urgentes da administração no campo educacional. Trata-se de contratos temporários com validade de um ano podendo ser prorrogado por mais um, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a discutir alguns aspectos das novas configurações do trabalho, a partir do regime de acumulação flexível, buscando compreender como essa nova conjuntura tem afetado o trabalho docente no Estado do Paraná. Para tanto, buscou-se realizar uma revisão de literatura a fim de contextualizar a discussão. Em seguida, com base no levantamento de dados junto aos professores, por meio de questionários e entrevistas, apresenta-se uma discussão sobre a hipótese de que a realidade do trabalho precário tem afetado negativamente a vida dos professores do Estado, evidenciando processos de sofrimento e adoecimento.

Parte-se do pressuposto que a lógica da flexibilização há muito tempo transcendeu os limites da indústria. As análises desenvolvidas indicam que a influência neoliberal no Estado do Paraná, sobretudo no governo de Jaime Lerner (1995-2002), esteve marcada pela minimização do Estado, enxugamento da máquina administrativa, a redução de gastos sociais, as privatizações, terceirizações, contratos temporários, trabalho parcial entre outros. Os dados que serão apresentados estariam a indicar que o PSS representa a flexibilização em curso, produzindo um trabalho precarizado. O que torna urgente aprofundar a compreensão da problemática que envolve os trabalhadores da educação pública no Paraná.

2 O TRABALHO COMO FATOR DE HUMANIZAÇÃO

Como atividade típica do homem, o trabalho em seu escopo é um fazer autopoietico³. Nesse sentido, preciosa é a contribuição de Marx em *O Capital*, no livro I, ao conceber o trabalho como categoria fundamental, protoforma da ação humana no mundo, fundamento ontológico do ser social e da relação metabólica do homem com a natureza. Em

Marx e Lukács é o trabalho que engendra as potencialidades sócio-históricas de realização do homem. Marx nos aponta para o sentido teleológico do trabalho em sua metáfora entre o arquiteto e a abelha, podemos ler:

Pois o arquiteto obtém um resultado que, já desde o início, existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objeto, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho representa para Marx algo de sublime na medida em que se constitui uma relação dialética e social que envolve o homem em sua totalidade. O homem se revela como ser criativo e dinâmico, capaz de se projetar no mundo natural, transformando o mundo a sua imagem e semelhança. Humanização do homem e da natureza. Nessa perspectiva o trabalho apresenta sua dupla dimensão:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (...). Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera valor das mercadorias. Todo trabalho é por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob a forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso (Ibidem, p. 50).

O que se depreende das afirmações de Marx é que o trabalho em sua dimensão concreta, como fator de produção de valores de uso, tem o potencial emancipatório do homem. No entanto, no capitalismo tal potencial encontra-se frustrado, prevalecendo um trabalho alienado, estranho ao trabalhador, ou seja, para Tumolo (2008, p. 12):

(...) é o elemento determinante na constituição da própria natureza humana, no capitalismo, a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, dá-se pela sua destruição, sua emancipação

³ Ao se utilizar do termo autopoietico quer-se fazer referência à capacidade de autoprodução do ser humano. Na acepção de Marx, o trabalho representa um elemento mediador da autopoiase humana em sua relação com a natureza. Historicamente, o termo teve origem na literatura internacional em 1974, num artigo publicado por Varela, Maturana e Uribe, para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Embora tenha surgido da biologia, atualmente o conceito está muito presente nas ciências sociais.

efetiva-se pela degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida realiza-se pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, processa-se pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito realiza-se pela negação dessa mesma condição, sua hominização produz-se pela reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital – o capital que se subjetiva ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social – ou da subsunção real da vida social ao capital.

Em se tratando do trabalho docente, permanece a mesma sensação de estranhamento, visto que o professor apesar de oferecer uma 'mão de obra' eminentemente intelectual no contexto do regime de acumulação flexível, estabelece também uma relação heterogênea no conjunto de suas atividades.

A centralização do planejamento, as relações de autoridade verticalizadas e a submissão à organização burocrática e administrativa fazem com o que trabalho do professor se caracterize como trabalho alienado e produtivo. Conforme MARX apud LESSA (2000, p. 35).

Considerando [...] a produção de mais-valia, a relação entre o professor e o capitalista é exatamente a mesma que se desdobra entre o capitalista e o proletário. As forças de trabalho do professor e do proletário são compradas pelos seus respectivos valores, o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir cada uma delas. [...] Ambas as forças de trabalho, portanto, foram compradas pelo seu valor de uso específico: é a única mercadoria que, uma vez consumida, gera maior valor que o seu próprio. A forma de exploração (se não a intensidade da exploração) é exatamente a mesma: a extração da mais-valia. Os lucros do dono da 'fábrica de saber' e do dono da 'fábrica de salsichas' têm suas origens na mesma relação social, qual seja, a relação capital/trabalho produtivo. Tal como o proletário, portanto, o mestre-escola também produz mais-valia. [...]

Em sua análise, Marx (1984, p. 40) entende que um mesmo trabalho com igual conteúdo pode ser produtivo e improdutivo. Tal concepção faz compreender que o atributo de produtivo ou improdutivo está ligado às relações sociais que esse trabalho estabelece e, não necessariamente, ao tipo ou categoria de trabalho. Ao que se pode concluir que no caso do professor trata-se de um trabalhador produtivo, pois as atividades que realiza contribuem direta e indiretamente para a geração da mais valia. Uma vez que o funcionamento de uma escola, para o

capitalista dono do estabelecimento, os professores podem ser considerados meros assalariados. (...) *Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o capitalista.*”.

Apesar de ser um trabalho de cunho intelectualizado, o trabalho do professor também sofre objetivações do capital, não podendo ser visto como trabalho intelectual separado do trabalho manual. Torna-se oportuna a intervenção de Gramsci (2000, p. 52) quando afirma: “*não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens*”.

No âmbito escolar estão presentes certas condições que o capital impõe retirando da escola a possibilidade de ser, como outrora, uma instituição anterior ao capitalismo com fins exclusivamente culturais e formativos. O que faz com que o trabalho dos professores esteja subsumido pela mesma lógica que rege a produção de mercadorias. Em se tratando das instituições públicas de ensino, a lógica do capital penetra via políticas neoliberais com suas estratégias de flexibilização e intensificação do trabalho. Alguns dos entrevistados, como o professor G de 42 anos, que atua como PSS na disciplina de História há mais de cinco anos, assim se refere a essa realidade:

É normal ter que levar trabalho para casa. Tem tanta coisa para fazer na escola que somente as horas atividades não são suficientes. Eu trabalho em três escolas, nas três a organização é bimestral, então já viu né, eu fico quase louco no fechamento dos bimestres. Mal aplico as provas já tenho que fazer trabalhos e a recuperação paralela (...). Os alunos já sabem disso, então só se preocupam com a nota na recuperação. O volume de coisas para fazer só vai aumentando (...) se pelo menos fosse trimestral ou semestral seria mais tranquilo. Agora do jeito que está é uma loucura, todo mundo fica quase maluco nesses períodos. Minha noiva me ajuda, fazendo a parte burocrática. Ela vem na escola e fica comigo preenchendo os livros, lançando nota e etc. Não sei até quando vou aguentar (...). Vou acabar fazendo como muitos de meus colegas QPM, levam na boa, fazem o mínimo e não estão preocupados. Depois de um tempo todo mundo fica assim. (ENTREVISTA, 2012).

Se observarmos as informações da tabela 05 e do gráfico logo abaixo, veremos que 90% dos professores pesquisados atestam que tiveram um

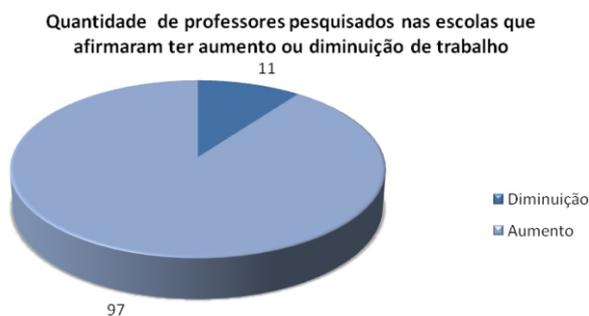
aumento do trabalho.

Tabela 01 – Quantidade de professores pesquisados que afirmaram ter aumentado ou diminuído a quantidade de trabalho

	Quantidade	Porcentagem
Diminuição	11	10%
Aumento	97	90%

Fonte: Nauroski, E; 2012.

Gráfico 01



Fonte: Nauroski, E; 2012.

Ao analisar a dimensão histórica das transformações ocorridas no âmbito da educação, Campos (2004, p. 54,) indica que a valorização de uma formação com base no ensino de competências remonta a exigência de maior qualificação profissional provocados pelas exigências do regime de acumulação flexível.

Argumentava-se que o centro do processo não era mais o posto de trabalho codificado e normatizado pelas prescrições taylorianas, definidor das qualificações requeridas dos trabalhadores, mas a ação do trabalhador que diante da imprevisibilidade dos processos tendia a se tornar mais intelectualizada. Maior autonomia, maior domínio dos processos, capacidade de gestão de informações e, sobretudo, capacidade de reagir adequadamente aos imprevistos, tornaram-se os aspectos mais destacados na literatura especializada.

Os argumentos de Campos indicam que a revolução tecnológica e da informática introduziram nova base para a produção e acumulação capitalista. Nesse contexto, as novas demandas do mercado exigem cada vez mais a qualificação dos trabalhadores. No âmbito educacional, o discurso a favor de um professor, polivalente, multifuncional e flexível está presente tanto na literatura como nos documentos oficiais ao se perceber “o entusiasmo com relação às novas possibilidades postas pelas

tecnologias de base microeletrônica e, mesmo dentre os educadores brasileiros, o debate em torno da polivalência, da politecnia, marcou as produções teóricas da época”. (SHIROMA et. al. 2003, p. 42)

Adorno (1996), ao analisar a pressão do sistema sobre os professores alerta para o fato de que estariam se tornando autômatos, profissionais em sua própria profissão, adaptados ao sistema, institucionalizados por assim dizer. As ideias arroladas acima ganham força, ao se analisar documentos oficiais, nacionais e internacionais, produzidos por instituições como o Ministério da Educação - MEC, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, presente no Brasil desde 1950, e que em muitas ocasiões se posicionou em relação às políticas educacionais no Brasil. A título de ilustração podemos citar sua proposta para a formação dos docentes recomendando a redução de custos, pois “assim, seja pelo aproveitamento de professores qualificados com baixos salários, ou pela participação daqueles com pouca qualificação cuja mão-de-obra é barata, o que seria compensado por treinamentos em serviços”. (SHIROMA, 2003, p. 64).

Também o Banco Mundial sentiu-se à vontade para indicar os caminhos para a formação dos professores.

(...) a profissionalização docente vem sendo apresentada como imperativa para a construção de um novo perfil de professor: competente, performático, criativo, inovador, que respeita a diversidade dos alunos. Recondicionar o professor é operação necessária para adequá-lo à sociedade do conhecimento. Após um up grading poder-se-ia denominá-lo professor-profissional. (SHIROMA e EVANGELISTA, 2007, p. 529).

Tais características em relação ao perfil do professor se apresentam em perfeita consonância com a nova ordem da economia e do mercado. A exigência de uma formação flexível não se restringe ao trabalho industrial, mais avança sobre o setor de serviços e toma de assalto a educação. Nenhuma atividade produtiva sai incólume dos imperativos da precarização.

3 PRECARIEDADE E FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO

Numa análise histórica, Harvey (2003) aponta para o que ele denominou de uma estratégia entre economia e política, que fez surgir o Estado de Bem-estar Social. Com o aumento da produtividade surge a necessidade de promover o aumento da demanda no consumo, por meio do pleno emprego, mais renda e direitos sociais. O acesso ao consumo eleva a condição econômica dos trabalhadores e arrefece a luta de classes.

Para Antunes (1999), esse esquema funcionou durante certo tempo como um artifício justificador da organização do trabalho e da vida, sobre o metabolismo social do capital, mediados pela intervenção do Estado. No entanto, como indica Mézaros (2002), com a crise de 1973 surge a necessidade de se criar novas formas de organizar a produção e garantir a funcionalidade do sistema e o metabolismo social do capital.

Cabe lembrar que as mudanças ocorridas no sistema capitalista, ao longo do século XX, confirmaram as previsões clássicas de Marx (1984) sobre a tendência histórica de diminuição na taxa de acumulação do capital. Apesar das inúmeras crises que marcaram a vida do capital, é notória conforme ressalta Adorno (1986) sua capacidade de utilizar o aparato técnico e ideológico para incrementar a produção e evitar a bancarrota total. As crises cíclicas e os novos rearranjos do capitalismo indicam o quanto as relações de produção podem ser dinâmicas e elásticas.

A necessidade intrínseca de acumulação do capital exige a implementação de novas relações produtivas, o que provoca o desgaste do paradigma fordista/taylorista e do *welfare state*. No limite, as conquistas alcançadas nos *anos dourados*, em termos de direitos sociais e trabalhistas, tornaram-se empecilhos a serem superados no sentido de fortalecer o poder do capital frente a organização dos trabalhadores.

Conforme Anderson (1995), essa nova conjuntura engendrou a ideologia neoliberal que rapidamente articula seu discurso culpando o Estado de Bem-estar social pela recessão e crise do emprego. A reorganização da produção econômica,

com base nos avanços técnicos e científicos, e a propagação de novos valores e comportamentos ajudaram a criar uma nova cultura social capaz de convencer os trabalhadores a aceitarem sacrifícios para o bem comum de toda sociedade. Lessa (2000) observa que é nessa etapa que o capital buscará no setor financeiro e especulativo uma alternativa ao sistema de acúmulo tradicional, pela exploração da mais valia. Ao analisar essas mudanças, Chesnais (1994) argumenta que muito mais que um processo de globalização, o que estaria ocorrendo é a mundialização do capital. Articulado pelas grandes empresas, com o objetivo de impor às economias locais de seus próprios países e, dos países em desenvolvimento, novas formas de flexibilização da produção e das relações de trabalho.

A base produtiva da indústria tradicional sofre profundas modificações com a incorporação da automação, da robótica, da telemática e da micro eletrônica. Tal realidade é denominada por (HARVEY, 2003, p. 140) de acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões então subdesenvolvidas.

Sob as exigências desse novo regime, toda cadeia produtiva passa por um processo de reestruturação, assumindo sua forma mais acabada no fenômeno do Toyotismo. Originário na indústria automobilista do Japão, trouxe um conjunto de novas medidas que, segundo Antunes (1999, p. 230) visa uma nova forma de organização da gestão e da produção com vistas ao atendimento do consumo por demanda uma vez que o *“trabalho operário em equipe e a flexibilidade nas funções, visando à intensificação da exploração sobre a força de trabalho; melhor aproveitamento do tempo, estoque mínimo e*

terceirização de parte da produção.

Para Mézaros (2002), a nova configuração do capitalismo foi além de uma resposta às suas crises cíclicas, pois acabou promovendo a subsunção real da vida social ao capital. Cria-se um cenário marcado pelos imperativos da flexibilização, da desregulamentação do mundo do trabalho e a total mercantilização dos direitos da cidadania.

Quando se analisa o novo cenário, observa-se que está em curso um processo de precarização do trabalho em todos os níveis e áreas, em que esta se tornou a estratégia central do capital em contraposição aos desafios da competitividade crescente. *“Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização (...) consequências necessárias em favor da competitividade”*. (CASTEL, 1998 p. 516). Além de se tratar de mudanças estruturais, surge uma nova cultura questionando a sociedade salarial e ameaçando a funcionalidade da coesão social.

Ao analisar as mudanças na sociedade, Anderson (1995, p. 11) faz um balanço mundial sobre as políticas neoliberais mostrando que o Estado precisa ser forte, principalmente *“em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas pouco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (...)”*.

Historicamente, as mudanças na sociedade e na economia tiveram profundos impactos na América Latina. Para Gentile (1996), as mudanças ocorridas tiveram como mola propulsora as políticas neoliberais. Ao estudar as mudanças sócio-históricas na sociedade brasileira, o autor ressalta o que significou o governo de Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista sociológico, como um governo neoliberal que provocou o agravamento das condições sociais da classe trabalhadora, realizando privatizações, mudanças constitucionais que colocaram o Brasil numa condição de subserviência ao capital estrangeiro. No campo educacional, *“as reformas curriculares e as políticas oficiais foram marcadas por uma preocupação unilateral em atender as exigências do mercado interno com foco na formação profissional.”* (GENTILE, 1996, p. 16).

Ao analisar mais de perto a realidade brasileira, Souza (1997) observa que o Estado sob a influência

e pressão neoliberal realizou nas últimas décadas grandes reformas educacionais. Além de Souza é o que apontam pesquisadores como Apple e Teitlbaun (1991); Enguita (1991).

Nesse contexto, a escola não é uma mera ferramenta de criação do capital, mas um espaço de contradições que toma determinada direção de acordo com a luta de classes, cabendo destacar que *“não é da natureza da escola ser capitalista, senão que por ser o modo de produção social da existência predominantemente capitalista, tende a mediar os interesses do capital”* (FRIGOTTO, 1989, p. 223).

4 NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

Como resposta a suas crises cíclicas, o capitalismo reorganiza sua base produtiva segundo os imperativos da *acumulação flexível*, remodelando velhas formas e criando novas práticas de exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, argumenta Antunes (1999), são intensificados os processos de exploração do trabalho e apesar das modificações subjetivas em termos de uma exigência de um novo perfil do trabalhador, mesmo em face de uma realidade fragmentada, complexa e heterogênea a classe que vive do trabalho sente-se alienada, estranha ao trabalho que desenvolve.

Na visão de Antunes (1999), os contornos e formatos do Toyotismo, mesmo quando passa a exigir nos setores de ponta uma mão de obra mais intelectualizada, com atitudes de *participação, autonomia*, controle da produção, permanece uma relação subordinada do trabalhador ao capital. Visto que a lógica que rege a relação capital trabalho segue inalterada.

Numa análise profunda desta nova conjuntura, Leite (2009, p. 82) aponta para novas configurações do trabalho, decorrentes do regime de acumulação flexível indicando *“um processo articulado de precarização e informalização do trabalho em curso.”*

Ao analisar as influências dos padrões de acumulação flexível no âmbito educacional, Souza (1997) conclui que, assim como os demais trabalhadores, os professores, em seu trabalho, encontram-se submetidos ao capital e apesar da sua

atividade não gerar diretamente um valor de troca, independentemente de se tratar de escola pública ou privada o capital continua a ser valorizado.

Conforme argumenta Braverman:

Não podemos desdenhar o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Não apenas o dilatamento do limite de escolaridade limita o aumento do desemprego reconhecido, como também fornece emprego para uma considerável massa de professores, administradores, trabalhadores em construção e serviços e etc. Ademais, a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias. (1987, p.372)

Como sugerem Enguita (1991) e Hypólito (1991), os professores historicamente fizeram parte da classe média com status e prestígio social. Mesmo existindo tratamentos diferenciados em relação aos professores médios e universitários é possível afirmar que se tratava de um grupo diferenciado de trabalhadores intelectualizados, mais próximos de profissionais liberais. Nos últimos anos as situações vivenciadas por essa classe – especialmente o PSS - indicam uma realidade marcada pela proletarização e pauperização dessa categoria.

A condição de trabalhador precário tem assumido proporções de enorme gravidade e afetado negativamente a vida dos professores. Conforme demonstra o gráfico 02 abaixo.

Gráfico 02

Quantidade de professores que declararam que a vida profissional tem afetado (negativamente) a vida pessoal e familiar



Fonte: Nauroski, E. 2012

É possível ainda estabelecer algumas relações

entre o universo do trabalho na educação e as formas de precarização presentes no setor produtivo, pois embora uma escola seja diferente de uma fábrica, em ambas, como argumenta Tumolo (1991), está presente o trabalho produtivo e a extração da mais valia. O que torna evidente que a lógica do capital se abateu também sobre as escolas. O que indica que a pressão exercida sobre o trabalho do professor faz com que muitos não planejem e controlem seu trabalho, sucumbindo às relações de controle e subordinação, como afirma Apple e Kenneth (2002, p. 67), “o que se tem em vez de professores, profissionais que se importam muito com o que fazem e por que o fazem, podemos ter meros executores alienados de planos alheios”.

Antunes (1995), ao analisar a sociedade produtora de mercadorias argumenta, pela centralidade do trabalho. Assim, mesmo no setor de serviços - públicos ou privados – ou, naqueles onde está presente certa 'autonomia' do trabalhador, a pressão do capital e a intensificação da produção é tanta que permanecem a prevalência da sensação de estranhamento e alienação dos trabalhadores em geral. Nesse sentido, podemos inferir que o Estado, ao adotar práticas contratuais de terceirização injustificada, trabalho temporário e parcial, está recorrendo a formas precárias de contratação e aderindo à lógica neoliberal.

5 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ E A REALIDADE DO PSS

No que tange à influência neoliberal no Estado do Paraná, um período importante é a década de 90 com a vinda da indústria automobilística. Embora muitos governos pudessem ter contabilizado em suas ações medidas afins, as proposições neoliberais, o governo de Jaime Lerner (1995-2002), tornou-se emblemático pelo seu expediente claramente neoliberal. O que não isenta de críticas o governo posterior. Ao analisar historicamente as mudanças no campo da educação é relevante o estudo de Sapelli (2003), que mostra a criação de vários

⁴ BID. Programa de mejoramiento de la educacion secundaria en el Estado do Paraná. Número de operación: 950/OC-BR, Resumen Ejecutivo. Washington, D.C., 1996. Este documento é o contrato de empréstimo para o PROEM que foi firmado com o BID, e nele estão contidas todas as condicionalidades financeiras, institucionais e pedagógicas requeridas para Programa. Há um diagnóstico da educação no Estado do Paraná e um quadro de recomendações teórico-ideológicas sobre os rumos que a política educacional deveria seguir.

programas de ensino técnico e profissionalizante, o direcionamento curricular, as exigências do mercado, a não realização de concursos para professores, a falta de investimentos em infraestrutura nas escolas. Segundo a autora, são inequívocos as situações que indicam uma clara afinidade do governo com a agenda neoliberal.

O fato de o BID – Banco interamericano de Desenvolvimento - uma instituição que representa os interesses neoliberais na América Latina ter realizado várias missões de trabalho, assessorando o governo e financiando vários projetos⁴, configura uma clara interferência do capital internacional na elaboração de políticas de Estado para educação.

Vale lembrar o alerta de Dowbor (2006) e Leite (2003) quando chamam atenção para o fato de que no regime de acumulação flexível a flexibilização dos contratos de trabalho é regra usual. Sendo possível afirmar que, mesmo no setor público, o atendimento à crescente demanda no quadro docente tem se dado sob formas de precarização. Dados informados pela APP/Sindicato⁵ mostram que nas escolas públicas no Paraná houve períodos em que a figura do *professor efetivo* se apresentava como uma referência de trabalho estável e digno.

Outro parâmetro para comparar as condições dos professores do PSS pode ser encontrado num exame da legislação vigente, especialmente o esforço dos constituintes de 1988, na implementação de leis que garantissem a valorização do trabalho do professor. Trata-se de um período de redemocratização do país, uma vez que a construção do texto constitucional teve maciça participação da sociedade. Apesar das disputas e contradições durante esse processo, o mesmo simboliza um momento em que a influência neoliberal ainda não se faz tão marcante no território brasileiro.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 representam um avanço histórico no reconhecimento da importância e dignidade do trabalho docente. Em seu artigo 206 inc V, regulamenta a valorização dos profissionais determinando que se crie e sejam garantidos por lei, planos de carreira para o magistério público, estipulando seus ganhos e

determinando que o ingresso no magistério aconteça por meio de concurso público de provas e títulos. Em seu artigo 67, a mesma lei reafirma os princípios constitucionais de ensino, com destaque para o papel e a responsabilidade dos sistemas de ensino em promover a valorização dos profissionais da educação.

A mesma LDB em seus artigos 12 e 13 garante a participação do professor na organização nacional do ensino, juntamente com os estabelecimentos. O que enseja uma perspectiva ativa e democrática do trabalho e da identidade do professor como agente de transformação social.

Diante do exposto, torna-se patente que as transformações em curso no setor produtivo estão afetando também os profissionais dos sistemas de ensino. As transformações históricas e as diferenças entre as condições atuais dos trabalhadores da educação, e momentos anteriores, em que os mesmos podiam viver com dignidade e reconhecimento, mostram que as condições objetivas do seu trabalho estão subsumidas pelo capital, as novas configurações do trabalho não se restringem ao setor fabril, mas adentraram para outras áreas, como a educação.

Tais asserções se revestem de grande importância ao se verificar que dos 120 mil professores que compõem o quadro funcional do Estado, segundo dados da APP-Sindicato, estima-se que 10% dos professores do Estado fazem parte do PSS, sendo contratados em regime de trabalhadores temporários. Em que pese se tratar de contratos precários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Uma análise inicial do modelo de contrato adotado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR indica sérias discrepâncias em relação aos professores estatutários, que possuem regime jurídico próprio, com garantias asseguradas pela lei entre elas, estabilidade, plano de cargos e salários, aposentadoria diferenciada e etc.

A análise da realidade material dos professores aponta para situações preocupantes como a distribuição de aulas, que deveria acontecer em audiência pública, tendo presentes os professores e

⁵ Análise de conjuntura sobre a realidade educacional do Paraná. Disponível em: <http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=4170>. Acesso em 12 jul. 2010

representante de núcleo educacional que mais se assemelham “*um verdadeiro leilão de aulas*” conforme o que disse um dos professores entrevistados. Em outros trechos, os relatos afirmam que é comum observar condutas antiéticas e desleais, na qual não se respeita a classificação daqueles que se inscreveram, sendo comum “*a reserva de aulas para os preferidos(as) da direção*”. Algo muito presente nas falas dos professores entrevistados é a percepção de que o Estado age com descaso, ano após ano, preferindo precarizar o trabalho docente ao invés de realizar um planejamento sério que envolva alocação de recursos e realização de concursos. “*A gente sabe que o que acontece nas audiências públicas é um prenúncio do que teremos que enfrentar ao longo do ano letivo. Desabafou um deles.*”

A busca por conseguir o número mínimo de aulas para que se possa efetivar o contrato de trabalho temporário, e assim garantir sua sobrevivência naquele ano, faz com que os professores em desespero, aceitem dividir a carga horária em diferentes escolas e horários. Tendo que se sujeitarem a uma rotina degradante.

Eu mesmo durante vários anos tive que aceitar a contragosto ter que dar aulas de diferentes matérias, que não tinham nada a ver com a minha formação. Sou licenciado em geografia e já dei aula de história, artes e sociologia. Assim como eu vários colegas fazem o mesmo. Ou é isso ou a gente não consegue as horas para assinar o contrato. Além é claro de ter que me deslocar de uma escola para outra e muitas são distantes. Muitas vezes eu fico sem almoçar como uma besteira ou outra e fico com fome durante o dia. Fazer o que, se eu não aceitar tem outros que vão, e, eu preciso pagar as minhas contas. Assim vou levando do jeito que dá. Agora eu vou falar uma coisa, Quando vem cobrança para o meu lado, planejamento aquela lenga lenga de sempre, eu não dou nem bola. Só sabem cobrar, mas não vem o duro que a gente dá e ainda ter que aguentar os alunos que a cada dia mais parecem delinquentes. (PROFESSORA F, 41, PSS DE GEOGRAFIA HÁ 4 ANOS. ENTREVISTA, 2012)

A sinceridade do professor é reveladora e chocante ao mesmo tempo. Trata-se de condições de absoluta precariedade com efeitos nocivos para sua saúde física e mental. O desgaste emocional, o estresse a que muitos são submetidos comprometem o desenvolvimento de sua carreira. Em um dos

momentos da conversa sobre as condições de trabalho dos professores, uma professora, jovem ainda, com 37 anos de idade e 12 de carreira confessa:

(...) já faz alguns anos que trabalho como PSS, mais eu tenho dentro de mim uma certeza, não quero morrer como professora. Não sei o que aconteceu, mas nossa classe não tem mais valor, pelo menos os que trabalham com a molecada. Assim que eu puder vou fazer um concurso público, mas não para professora. Estou cansada dessa vida. Eu estou ficando uma pessoa agressiva e sem paciência. Brigo em casa, de uns tempos para cá só consigo dormir à base de remédio. Nossa... Tem muitas histórias que eu poderia contar que aconteceu comigo ou com colegas que estão na mesma situação. Tinha uma professora, com quem trabalhei, que toda vez que ia entrar em sala começa tremer e chorar. Hoje ela está afastada por depressão. Sabe, tudo isso acontece e ninguém faz nada. Eu me sinto sozinha, abandonada.

Além dos aspectos subjetivos que podemos observar, é importante destacar que o trabalho dos professores, em geral, mas sobretudo dos professores do PSS, acaba por lhes exigir um tempo dobrado para a *preparação* das aulas, produção de provas, correção de trabalhos e etc. O enfrentamento de salas superlotadas, as condições de precariedade que se manifestam em coisas básicas como falta de carteiras, e materiais mínimos de expediente, a situação de abandono, falta de apoio e acompanhamento, tornam o trabalho do professor uma atividade degradante, em que muitos sofrem e ficam doentes em função das condições do seu trabalho, conforme atestam os dados da tabela abaixo.

Tabela 2 - Número de professores que declararam ter desenvolvido doenças em decorrência dos trabalhos de docência

Desenvolvimento de doenças	Quantidade	Porcentagem
Sim	55	51
Não	53	49

Fonte: Nauroski, E; 2012.

Conforme nos indica o gráfico abaixo, entre os docentes pesquisados mais 65% já pensaram em desistir da carreira docente, tendo em vista as inúmeras dificuldades que enfrentam. Muitos prosseguem desmotivados e doentes.

Gráfico 03

Quantidade de professores que já pensaram em desistir da carreira de docente devido as experiências já vivenciadas na área.



Em relação à realidade educacional brasileira, Pochmann (2007), em entrevista, reconhece uma melhora nos índices da educação, contudo indica um desnível e despreparo dos docentes para implementarem uma educação de qualidade capaz de responder aos desafios da nova economia, e satisfazer aos anseios da população por melhores oportunidades de trabalho.

Ora, diante do exposto até aqui, torna-se razoável supor que em grande medida esse *desnível e despreparo* de que fala Pochmann pode estar relacionado, entre outros fatores, também ao fato dos professores, ao buscarem sua sobrevivência, serem obrigados a ampliar sua jornada de trabalho em até três períodos (manhã, tarde e noite).

nos intervalos das aulas e às vezes até no horário de aulas têm professoras que vendem perfumes, roupas, lingerie e cosméticos (...) têm algumas que levam artesanato para vender (...) tem um amigo meu que também é professor que faz bicos, dá aulas particulares para poder aumentar sua renda e poder pagar as contas no final do mês. Em nossas conversas é só cansaço e reclamação. Acho que é melhor a gente não pensar muito, se não desiste.

Testemunhos, queixas e justificações se unem a atitudes de cooperação e solidariedade entre colegas de profissão. Em visitas em algumas escolas foi possível observar que vários professores dividem a sala de aula com ocupações precárias, dividindo o horário das aulas com uma segunda atividade, trabalhando no comércio, oficinas ou ainda fazendo pequenos concertos domésticos para familiares e vizinhos, assim se veem obrigados a desenvolver outras atividades, conforme comprova o quadro ao lado.

Quadro 2 - Quantidade de professores que declararam fazer outras atividades para aumentar a renda

	Quantidade	Porcentagem
Sim	54	50%
Não	54	50%

Fonte: Nauroski, E; 2012.

Considerando as condições descritas e o relato dos professores, torna-se necessário dizer que como trabalhador precário, o professor se assemelha a um operário fabril proletarizado. Na medida em que os mesmos “carregam as marcas da condição de proletariados.” (BRAVERMAN, 1980, p. 343).

O quadro abaixo pode nos confirmar um processo de proletarização, apontado pelos professores, em que 60% dos pesquisados afirmam que tem pouco tempo para descansar e se alimentar adequadamente no trajeto entre as escolas e nos períodos de intervalo.

Quadro 1- Número de professores que conseguem se alimentar e descansar adequadamente durante o deslocamento entre as escolas nas quais trabalha

	Descanso e alimentação adequadas	Porcentagem
Sim	40	37%
Não	65	60%

Fonte: Nauroski, E; 2012.

No que tange às exigências do regime flexível de acumulação, Antunes (1995) salienta que o novo perfil do trabalhador precisa ser multifuncional e polivalente. Ora, a partir dos relatos e observações empíricas realizadas em algumas escolas, os professores PSS se obrigam a aceitar ministrar diferentes disciplinas da sua formação, cumprir horários diferentes em diferentes instituições de ensino, duplicar (às vezes) triplicar sua jornada. Dividem a sala de aula com atividades que vão além de suas obrigações, como ter que aconselhar pais, orientar alunos em seu horário de intervalo, ajudar a equipe pedagógica em reuniões de planejamento, cooperar na organização de eventos, preparar avaliações, preencher diários, fazer correções de trabalho e etc. Diante de tais exigências e desafios, o professor é impelido a se tornar um trabalhador flexível, multifuncional e polivalente.

O PSS, nos moldes como tem funcionado nos últimos anos, representa uma realidade institucionalizada, verdadeiro ícone da precarização e proletarização dos docentes no Paraná. Criou-se

uma subcategoria de profissionais que embora não sendo do setor fabril típico, possui com esse, inúmeras semelhanças, na medida em que os mesmos estão perdendo o controle sobre seu trabalho, vivem sob o medo da rescisão do contrato, da impossibilidade de melhor qualificação, do futuro incerto e da falta de esperança. Esses aspectos têm contribuído para que muitos professores acabem desenvolvendo doenças em função das condições de seu trabalho, conforme nos mostrou a tabela número dois abaixo apresentada novamente.

Tabela 2 - Número de professores que declararam ter desenvolvido doenças em decorrência aos trabalhos de docência

Desenvolvimento de doenças	Quantidade	Porcentagem
Sim	55	51
Não	53	49

Fonte: Nauroski, E; 2012.

Outro dado de igual gravidade, que nos chama a atenção, é o fato de que entre os professores pesquisados mais de 50% afirmam ter adiado a realização de consultas e tratamentos médicos, em função de estarem trabalhando como PSS e inseguros pela falta de estabilidade.

Gráfico 04

Número de professores que declararam ter adiado consultas ou tratamentos médicos em função de ser professor substituto



CONCLUSÃO

O presente estudo se desenvolveu a partir do pressuposto que as novas configurações do trabalho são consequências do regime de acumulação flexível, geram a precariedade e, essa por sua vez, tem afetado negativamente a vida dos professores. Este estudo buscou demonstrar que existe uma contradição inerente nas políticas afirmativas a favor da educação no Estado do Paraná, e as condições objetivas de trabalho dos professores do PSS. Evidenciam, portanto, um distanciamento entre o discurso do governo e a realidade concreta dos professores. Os argumentos arrolados, bem como os relatos dos professores, assim como os dados apresentados, indicam que as consequências do trabalho docente precário produzem efeitos deletérios que comprometem a saúde e a qualidade de vida dos professores. Na prática, o dia a dia da sala de aula torna-se um contexto de agressão à dignidade dos professores. No limite, poderíamos aventar sobre a necessidade de se produzir novas pesquisas de caráter empírico, a fim de mensurar os efeitos de precariedade na qualidade da educação pública do Estado do Paraná.

Conforme os relatos apresentados, existem sérios indícios que ajudam a compreender que, por trás da falta de motivação, e da perda de sentido em relação ao ser do professor, o que observamos é a existência de práticas afinadas com os imperativos da flexibilização.

Mormente que as medidas tomadas pelo Estado como terceirizações, contratos temporários, trabalho parcial, fragilizam a categoria dos professores PSS e se configuram em medidas neoliberais de sucateamento da educação e desmonte do Estado nesse setor. Tem-se claro que os imperativos de flexibilização e desregulamentação adentraram os serviços públicos, inclusive a educação.

Destarte, que fica implícito o interesse do setor público oligárquico em promover a manutenção do status quo, uma vez que a precarização do trabalho docente afeta de modo orgânico a qualidade da escola pública, obliterando as possibilidades de uma mobilidade social ascendente via educação, por parte da classe que vive do trabalho.

Nessa ótica, o trabalho denominado PSS, que se pretendia apenas de caráter emergencial, ganha contornos de empregabilidade precária dentro do Estado, assim, pode-se observar estatisticamente que dez por cento dos trabalhadores da educação pública paranaense são espoliados por meio de contratos temporários e com poucas garantias trabalhistas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T W. Educação e emancipação – Trad. Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____, Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: Cohn, Gabriel. (org). **Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1986.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- APPLE. M.; KENNETH, T. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 4 p. 67.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CAMPOS, R. F. **Construindo o professor competente: as determinações do campo do trabalho na reforma da formação de professores**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- CASTEL, R. A nova questão social. *In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- DOWBOR L. **O que acontece com o trabalho**. 3. ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Ponto Futuro: 10).
- ENGUITA, M. F. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n. 4, 1991.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986.
- GENTILI, P. (Org.). **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília. CNTE. 1996.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol II: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HYPOLITO, Á. **Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n.4, 1991.
- HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX**, São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEITE, M. de P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. *In*. Leite M. de P. e ARAUJO, A. M.C. (org.) **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México**. São

- Paulo: Annableme, Fapesp, 2009.
- LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: do que se trata?** Temporalis, Brasília, 2000.
- MARX, K. **O capital**. V. I liv.1º, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital**. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **As crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002.
- OFEE, C. Trabalho como categoria fundamental? *In*: OFFR, C., **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- POCHMANN, M. PNAD 2004: desigualdade cai e remuneração do trabalhador fica estável. Disponível em: <<http://hodiernas.blogspot.com/2007/07/entrevista-marcio-pochmann.html>>. Acesso em: 12 jul. 2010.
- SAPELLI, M. L. S. Políticas Educacionais do governo Lerner no Paraná (1995 – 2002) Cascavel: Gráfica Igol, 2003.
- SANTANA, M. A e RAMALHO, J. R. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SOUZA, A. N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. *In*.: Leite M. de P. (org.) **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papirus, 1997.
- SHIROMA, E. O. *et alli*. **Política educacional: o que você precisa saber sobre**. Rio de Janeiro: DP&A, 3. ed. 2004.
- _____. **O eufemismo da profissionalização**. *In*.: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.
- TUMOLO, P. S. **Educação e hegemonia no Brasil**. Educação e Sociedade, 29 n. 102 Campinas, jan.?abril.2008, p. 1-11, 2005.